

Inclusão: um Compromisso da Escola e da Sociedade

Maria da Penha Silvério Romito
penharomito@ig.com.br
FASB

Paulo Roberto Romito
pauloromito@ig.com.br
FACEC

Flávio Pavesi Simão
penharomito@ig.com.br
FACEC

Jaqueline Maciel Romito
pauloromito@ig.com.br
ESAGS

Gislane da Silva Tobias
pauloromito@ig.com.br
FAFIA

Resumo: A integração dos alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular, tema desenvolvido nesse estudo traz como finalidade a análise e a reflexão sobre a qualidade da educação do ensino ministrado, a fim de melhorar o desempenho escolar. Apesar dessas iniciativas, têm-se um grande número de barreiras físicas e sociais que impedem o efetivo processo de incluir crianças portadoras de necessidades educativas especiais nas instituições de ensino. Voltamos nosso olhar para os diferentes discursos que constituem as práticas diárias dos professores. Nosso objetivo é verificar que sentido os professores e a escola dão à educação inclusiva, frente aos desafios dessa prática escolar, pois a escola inclusiva tem na aprendizagem a sua prioridade e é centrada no aluno. O desafio é muito maior que ensinar, é fazer aprender, porque todos podem aprender. A escola, como instituição social, representa cenário institucional onde acontece o processo de ensino e aprendizagem, um espaço vivo de interação. A escola com seus estatutos e mandatos instituídos, normas de disciplina, currículos, conteúdos, metodologias, sistema de avaliação, regras e regulamentos e atribuições diversos dos professores. Fixa os níveis de comportamento esperados implícitos em seu ideal pedagógico. Mas, o desenvolvimento escolar de uma criança adolescente portadora de necessidades especiais, vai além do processo escolar. Esta criança conta com apoio de professores, mas capacitados, esforço dos próprios alunos compartilhados, com apoio da sociedade e também com o esforço dos pais, para que haja um aprendizado de qualidade onde o aluno possa crescer e desenvolver aptidões que certamente ele tem e às vezes tem em abundância, mesmo sendo especial.

Palavras Chave: Educação - Integração - Escola - Comunidade -

1. INTRODUÇÃO

Discutir sobre a inclusão, em nossa sociedade, é um desafio. A sociedade possui barreiras para separar as escolas regulares dos alunos com necessidades especiais. A barreira mais difícil, é o preconceito e a outra é a estrutura física, que embora não seja tão difícil de ser superado, o poder público não tem disponibilizado verbas suficientes para que estas barreiras sejam superadas. A outra barreira é a falta de conhecimento a respeito dos direitos dos deficientes por parte dos seus familiares. Como lutar por direitos se não se sabe nem mesmo que eles existem. Quanto às nossas escolas, de fato, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. Desta forma, é que preciso que as escolas dêem o primeiro passo para o processo de inclusão. Entretanto, apesar de toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão aconteça. Mesmo porque, uma vez que a inclusão está prevista na nossa Constituição, isto faz da inclusão direito inalienável e como direito subjetivo, que é, poderá se constituir um crime a escola que não receber os alunos que tiver necessidades especiais.

2. INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar. É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por mudanças.

As noções de “normalidade” e de “diferenças” são o resultado de relações sociais e de produções discursivas. Elas configuram-se como criações que envolvem relações de poder que buscam classificar, assegurar e marcar posições de sujeito na sociedade dividindo o mundo entre nós e eles, entre o normal e o anormal. Neste sentido Fonseca (1991, p.68) afirma que:

Fixar uma determinada identidade como a norma é um das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade específica como parâmetros em relação ao quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas.

As diferenças culturais, sociais, étnicas e a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e descartada. A integração dos alunos com necessidades educativas especiais implica muito mais do que simplesmente o aluno numa escola regular. Trata-se de um processo em que o aluno tem oportunidades para se desenvolver e progredir em termos educativos para uma autonomia econômica e social. A integração é igualmente um processo em que as próprias escolas necessitam de mudar e de se desenvolver e proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm necessidades educativas especiais.

A exclusão gera efeitos terríveis. Ela afeta a auto-estima e a identidade, produzindo um sentimento de desvalorização nos indivíduos excluídos. Ao mesmo tempo, produz efeitos sociais, econômicos, culturais e políticos, uma vez que reafirma a desigualdade e as injustiças sociais, auxiliando na formação de cidadão de “segunda classe” (CARVALHO, 2000).

Na área pedagógica, não parece correto ter-se como ponto de referência as deficiências ou incapacidades, mas sim compreender o que é importante é o ser humano, com a adaptação do posto de trabalho à pessoa, às suas habilidades e características individuais, no campo da

pedagogia teremos de evitar que a deficiência se coloque entre o professor e o aluno, impedindo-nos de ver a pessoa que está por detrás dessa deficiência.

O momento de se passar da idéia de que todos devem ter as mesmas oportunidades para a noção de que todos deveriam ter oportunidades diferentes para desenvolver as suas potencialidades e satisfazer as suas necessidades, dadas as nossas diferenças individuais.

Segundo Mittler (2003, p. 159):

Quanto á formação de professores para inclusão escolar entendemos que inicialmente se faz necessário desconstruir algumas concepções tais como a idéia de que a escola inclusiva requer muito treinamento e só é possível concretizá-la com especialistas em educação especial; a idéia de que somente turmas homogêneas de alunos garantem o desenvolvimento de um bom trabalho, como se todos os alunos assimilassem da mesma forma e numa proporção o que lhes foi repassado, e finalmente, a idéia de que o domínio da teoria precede a prática como se formação a prior, sem conhecer o aluno concreto e real, assegurasse ao professor facilidades para o trabalho.

3. ESCOLAS ESPECIAIS X ESCOLAS REGULARES

Mazzota (1996), relata que embora a Constituição Brasileira seja explícita quanto à importância da integração do portador de deficiência na sociedade e estabeleça o atendimento educacional especializado do mesmo - preferencialmente na rede regular de ensino - na prática, isso não vem acontecendo. As instituições passaram a recolhê-los, pois a eles eram assegurados o direito de alojamento, vestuário e alimentação, criou-se então assistência pública ao deficiente. Era comum o uso de expressões como “dê amor a um excepcional” ou “do excepcional nada espera, nada pode, ajude-o” mostrando uma atitude de piedade, de exclusão social, de discriminação na sociedade em que essas pessoas viviam. Estudos científicos, de ordem cultural provocam na sociedade uma visão mais humanística da condição de um portador de deficiência, chamando atenção para sua condição de sujeito - ser pensante, ser social, ser humano mostrando os efeitos negativos na utilização de rótulos.

4. CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

De acordo com Mazzotta (1996), nenhuma criança com necessidades educativas especiais deverá ser inserida em “classes especiais” ou passar de níveis ou fases sem se submeter a avaliações por equipes multidisciplinares ou multiprofissional. Qualquer currículo, deverá respeitar o nível intelectual individual de cada educando. Uma aprendizagem precoce e seqüenciada, baseada em avaliações e programações curriculares pode fazer milagres no desenvolvimento de crianças deficientes. Um sistema de observação e de avaliação deve ser aplicado no educando para que não se ocorra erros de inseri-los em tarefas difíceis ocorrendo à frustração ou em tarefas fáceis ocorrendo o desinteresse. Todo currículo terá de respeitar o nível de aptidão individual e o perfil psicológico do educando. Um dos objetivos da intervenção pedagógica é: proporcionar aprendizagem extracurricular e extra-escolar; adotar a intervenção precoce, pois a criança aprende mais fácil e rapidamente nos primeiros momentos de desenvolvimento; criar formas de programação educacional individualizada com a participação entre a família e a escola, pais e professores.

Conforme Fonseca (1991), falar em necessidades educativas especiais é questionar do que a escola necessita realmente para torná-la uma escola inclusiva, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais trabalhados de forma incompleta poderá interferir no processo da inclusão escolar. Assim o Poder Público adquire as responsabilidades na educação e na vida

social de todos os indivíduos e se entendendo aos excepcionais, pois é direito de todos à igualdade de oportunidades. A comunicação passa a assumir um papel essencial na solução de problemas sócio educacionais, buscando soluções definitivas e se sintam responsáveis na participação direta de educar e integrar socialmente os excepcionais e outros assegurarem a ação de cooperação e apoio ao excepcional. Nos últimos anos houve modificações importantes nos enfoques educacionais e sociais da educação do excepcional tornando-se objetiva a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Segundo Fonseca (1991), cabe ao Ministério da Educação estruturar o modelo educacional de hoje, para que todos os cidadãos possam usufruir seu destino. Os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais possuem o direito, reconhecido pelos órgãos competentes de países desenvolvidos ou em desenvolvimento de uma educação de qualidade.

4.1 A ESCOLA INCLUSIVA E O PAPEL DO GESTOR EDUCACIONAL

De acordo com Mittler (2003), a escola inclusiva deve atender ao pluralismo cultural do seu anulado e buscar respostas individuais para as necessidades especiais individuais. Se antes cabia ao aluno com deficiência se adaptar a escola, agora, dentro da concepção da escola inclusiva, é ela quem deve se adaptar ao aluno. Para que isso ocorra, conjugam-se as responsabilidades do professor da turma aonde o aluno se encontra, do diretor, dos demais dos servidores da escola, para discutirem sobre os mecanismos que devem ser utilizados para se encontrar uma resposta exitosa à diversidade. A medição dos demais colegas irá beneficiar a todos, com ou sem deficiência. O currículo é, ou deve ser o mesmo, fazendo-se necessário investigar quais adequações curriculares devem ser feitas para cada aluno, individualmente, de forma a se obter melhores resultados.

A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para estas ou aquelas deficiências. Os alunos precisam aprender até o limite em que conseguirem chegar, se o ensino nas unidades escolares for de quantidade, isto é, se o professor considerar o nível de possibilidade de desenvolvimento cada um e explorar essas possibilidades, por meio de atividades e necessidades, seja para construir uma idéia, ou resolver um problema, realizar uma tarefa. Eis um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas para se chegar à inclusão.

Neste sentido é primordial que sejam revistos os papéis desempenhados pelos diretores, coordenadores, no sentido de que ultrapassem o teor controlador, fiscalizador e burocrático de suas funções pelo trabalho de apoio, orientação do professor e de toda a comunidade escolar.

A descentralização da gestão administrativa, por sua vez deve promover uma maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira de recursos materiais e humanos das escolas, por meio de conselhos, colegiados, assembleias de pais e de alunos. Mudam-se os rumos da administração escolar e com isso o aspecto pedagógico das funções do diretor e dos coordenadores e supervisores poderá emergir.

A escola para maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de desenvolver e de tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural.

Segundo Carvalho (2000) “a inclusão da diferença no espaço atitudinal requer toda uma análise crítica ao nosso contexto econômico e político, bem como a reconstrução do conhecimento social”.

Melhorar as condições da escola é a forma mais preparada para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos nos contradizer nem mesmo contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto,

pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada, sem motivos.

A escola deve preparar para o futuro e certamente se as crianças com necessidades especiais que conviverem, aprenderem a valorizar a diversidade nas suas salas de aula serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para defender o indefensável. A inclusão escolar remete a escola à questão de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel, para um mundo que evolui. O movimento inclusivo nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e precisa convencer a todos pela ética de seu posicionamento social. A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações.

Assim sendo o futuro da escola inclusiva está dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente comprometidos em transformar a escola, para se adequar aos novos tempos.

5. RELACIONAMENTO DA FAMÍLIA DO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS COM A ESCOLA

É importante fortalecer os vínculos da escola com as famílias. Investigando aos pais o poder de decidir e fazer escolhas pelos filhos e pela escola que desejam para eles, procurando desfazer vínculos centrados. Tal disputa de poder da escola com as famílias afasta-as normalmente de uma parceria construtiva e imprescindível. Toda pessoa com alguma deficiência possuem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, na medida da sua capacidade de estar a certa disso. Os pais têm o direito de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se ajuste às necessidades de seus filhos. A família juntamente com os professores deverá partilhar da responsabilidade dos ensinamentos ministrados a estas crianças, dando apoio às mesmas, com utilização de recursos disponíveis tanto na sala de aula como fora dela, essas crianças com necessidades especiais precisam se relacionar com adultos que possuem as mesmas deficiências e que tiveram êxitos na vida baseando assim a vida dessas crianças e suas expectativas em algo real. As relações de cooperação e de apoio entre escolas, professores e pais são extremamente necessárias para tomada de decisões em seus filhos.

Segundo Goffman (1982, pág. 14),

[...] o indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havia previsto.

6. IDENTIDADE X DIFERENÇA

A inclusão é uma prática recente nas escolas, para que possamos entendê-la com precisão, considero-a suficiente para questionar que ética ilumina as nossas ações na direção de uma escola para todos. O respeito, como conceito, implica um certo sensacionalismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las.

Entende-se que as deficiências no indivíduo é como se fossem marcas indeléveis as quais só nos cabe aceitá-las, passivamente, pois pensa-se que nada poderá evoluir, além do previsto no quadro geral das suas especificações estáticas: os níveis de comprometimento, as categorias educacionais e as predisposições para o trabalho e outras tantas mais.

A nossa luta pela inclusão escolar e a posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão deferindo, infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos habitualmente. Nossas ações educativas e participativas é que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

O direito à diferença nas escolas desconstrói, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença.

7. UMA NOVA ESPERANÇA PARA A INCLUSÃO

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. O capítulo 8 do PNE é destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais. Neste sentido, a matrícula destes alunos vem crescendo a olhos vistos entre 1998 até a data de hoje.

Em contrapartida a este número de alunos com necessidades especiais matriculados em escolas regulares, que vem aumentando, o número de matrículas em Escolas Especiais vem caindo. Segundo a Revista Nova Escola este número teve uma queda de 21,4% em 6 anos. Infelizmente, este número de matrículas continua irrelevante se o compararmos com a estimativa da OMS. E, pouco se tem feito para que este número cresça.

8. A INCLUSÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Para sabermos da situação real dos deficientes do Brasil, seria necessário que soubéssemos o número exato deles. Pois, a partir da comparação entre o número de habitantes brasileiros deficientes e o número de matrículas dos mesmos em instituições de ensino, poderíamos analisar se estas pessoas estariam sendo atendidas e recebendo uma educação de qualidade. Entretanto, nem mesmo o IBGE sabe ao certo este número. Desta forma se torna difícil saber como é a situação dos Deficientes, já que nem mesmo sabemos de quantos estamos falando.

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 1994, p. 17).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população mundial têm necessidades especiais. Se este percentual for aplicado ao Brasil, nós teremos cerca de 18 milhões de pessoas com necessidades especiais. De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar de 1998, do MEC/INEP, haviam 293.403 alunos matriculados

em estabelecimentos escolares (que não quer dizer, o mesmo que instituições convencionais). Ora, se, segundo a estimativa da OMS, o Brasil realmente tiver de fato 18 milhões de deficientes, estes pouco mais de 293 mil que se encontram matriculados é apenas uma ínfima parte desta população.

9. O PROFESSOR FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO

A integração é um processo de fornecer aos alunos com deficiência uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, no sentido da satisfação das suas necessidades individuais. Ora, este objetivo depende fundamentalmente do papel do professor.

Stainback e Stainback (1999) perceberam que existe uma dificuldade de aceitação dos colegas de classe perante os alunos com necessidades especiais, devendo o professor saber interpretar isso, não obrigando um aluno a aceitar o outro, mas mostrar suas diferenças e igualdades, fazendo-os realizarem atividades em conjunto para facilitar o processo de aceitação entre as diferenças. As afinidades desenvolvidas entre os grupos homogêneos são simples, o processo de inclusão e de reconhecimento das diferenças é que se trata de um aprendizado.

No que se refere às reações dos professores com os alunos com necessidades especiais Furini (2006) descreve que os educadores mostram-se empenhados em proporcionar incentivos para incluir como um aluno do grupo, atenuando as diferenças, ou fazendo com que não estejam presentes ou destacadas.

Góes e Laplan (2004) explicam que existe um gradativo processo de desmotivação dos professores com relação aos alunos com necessidades especiais, devido à dificuldade de comunicação entre eles, fazendo com que o professor, com o passar do tempo, demonstre baixa expectativa de que os alunos consigam alcançar os objetivos pré-determinados pelo educador. Reforçam assinalando que os professores podem acostumar-se com as dificuldades de cada um e desistem de procurar alternativas para o aprendizado. Sob a ótica emocional, o comover-se em deparar-se com o diferente, o especial, estabelece um distanciamento criando o temor em compreender e ser compreendido.

Isto perturba o profissional que pode afastar-se alegando falta de preparo por receio em frustrar-se pessoal e profissionalmente.

Pacheco (2007) chama a atenção para a interação e comunicação entre professores e alunos, para que o educador compreenda melhor as necessidades de cada indivíduo. Devido à importância dessa interação e comunicação o autor explica que o trabalho em equipe seria benéfico para todos os alunos, pois este ensino em equipe proporciona que os professores estejam disponíveis para dedicarem a uma quantidade inferior de alunos, podendo assim melhor compreender suas principais necessidades, prestando um atendimento mais qualificado.

10. DA PRÁTICA DA LIBERDADE COMO SOLUÇÃO PARA A ESCOLA ENFRENTAR A DIVERSIDADE

Constituição de 1946, apontava o caminho para a educação de um povo com sendo a Escola da liberdade. Só um povo educado com liberdade e para a liberdade, é capaz de construir e manter um regime democrático.

A escola que forma o aluno para o exercício da cidadania é aquela que acolhe, e incentiva, o espírito crítico do educando. É aquela que faz com que o aluno reconheça no outro, mesmo que este outro seja muito diferente, um cidadão com os mesmos direitos.

Por mais que as escolas atuais tentem abandonar a rigidez, o que a maioria está conseguindo apenas é aumentar a indisciplina, pois o modelo da subordinação do aluno, ainda

mantido graças às exclusões do que não se encaixam no padrão esperado pela a escola, não ensina o aluno a exercer a liberdade e a viver na diversidade.

Dessa forma, tais escolas não são adequadas nem mesmo para a clientela que já tem hoje em suas salas, mesmo que sem nenhum tipo de deficiência, e por isso fogem do desafio da diversidade. Justifica essa fuga, alegando que querem proporcionar maior qualidade de ensino aos alunos mais privilegiados a intelectualmente. Como se a qualidade de ensino fosse medida pelo maior numero possível de matéria que o professor registra como dada.

A escola da liberdade leva em conta o ritmo e as aptidões de cada indivíduo e oferece condições para que todos permaneçam e progridam.

11. VALORES E RESPEITO PELA DIFERENÇA

Apesar de todas estas mudanças, o significado social da escola em nada ou em muito pouco se alterou, continuando a aprendizagem a ser avaliada, ao contrário do que muitas vezes se afirma, em termos de desenvolvimento exclusivamente técnico, científico e econômico. Um abismo imenso separa a escola atual do princípio básico de que ela própria se reclama, o princípio de que está primordialmente ao serviço do desenvolvimento humano de todos os alunos.

O grande desafio que atualmente se coloca à escola, é a finalidade essencial que é processo educativo de desenvolvimento e a formação global de todos, em condições de igualdade de oportunidade, no respeito pela diferença e autonomia de cada um. A formação global é pessoal, cívica, científica, cultural, técnica e prática.

Trata-se de uma questão simultaneamente política e pedagógica, de um desafio que encerra, antes de tudo, um problema de valores e de hierarquia de valores.

A idéia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo no grupo social (MENDES, 2002, p. 28).

Toda a coletividade, der corpo ao sonho de um sistema educativo direta e primordialmente ao serviço do desenvolvimento e da formação global de todos, quando o projeto social definir como prioridade absoluta, como valor supremo, o desenvolvimento humano, a escola será então totalmente inclusiva.

A escola será então um tempo e um espaço, físico e simbólico, de construção do desenvolvimento humano, de construção de liberdade e autonomia, um espaço e um tempo de dignidade, de solidariedade, de respeito por si próprio, pelos outros, pela aprendizagem e pelo envolvimento.

12. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foi utilizado inicialmente, uma revisão bibliográfica da literatura de educação e seguidamente de pesquisa qualitativa, com entrevista dirigida. Foram feitas entrevistas individuais com as mães, nas quais era feita a pergunta e as mães poderiam falar livremente, enquanto era feito o registro das falas pela entrevistadora.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretende discutir a inclusão dentro do contexto educacional, considerando principalmente, as diretrizes e recomendações de organizações nacionais e a inclusão dos

portadores de deficiências na escola regulares. A questão da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino insere-se no contexto das discussões, cada vez mais em evidência, relativas à integração de pessoas portadoras de deficiências enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social. Tratando-se da inclusão do portador de deficiência no ensino regular, tal necessidade é facilmente comprovada na observação do cotidiano das escolas, quando se percebe a perplexidade, confusão e insegurança que professores e outros profissionais demonstram ao se depararem com o assunto, seja na teoria ou na prática. A escola passou, nesse sentido, a desempenhar um papel ambíguo frente à diversidade de um lado, abriu as portas aos alunos excepcionais; de outro não se preparou e não passou a oferecer as condições necessárias para a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais. A Educação Especial deve ser parte integrante do Sistema Geral de Educação e não um sistema isolado e paralelo. Ela deve fluir no diferentes níveis e graus de Ensino. Com este estudo pode-se concluir que a inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade sim, mas também a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência. Em termos práticos e governamentais, a inclusão deve implicar na reformulação de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. MEC.** Declaração de Salamanca. Brasília, 1994.
- CARVALHO, Rosita Edler.** Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- FONSECA, Vitor.** Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FURINI, AB.** Revista Educação Especial. Processo da inclusão na escola regular: panorama de percepções. Centro de Educação, UFSM, Santa Maria, N.28, 2006. P.138.
- GOÉS, MCR. & LAPLANE, ALF.** (Orgs.) Políticas e práticas da educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.
- GOFFMAN, e.** Estigmas: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.
- MAZZOTA, Marcos José da Silva.** Educação Escolar: Comum ou Especial? Ana de 1996. Editora Pioneira.
- MENDES, E.G.** Desafios atuais na formação do professor de educação especial. In: MEC, Secretaria de Educação Especial. Revista Integração, 2002.
- MITTLER, Peter.** Educação Inclusiva: Porto Alegre: Ed. ARIMED, 2003.
- PACHECO, J.** Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- STAINBACK, S. e STAINBACK, W.** Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- _____. A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. Temas do Desenvolvimento, v.9 nº 54, p. 21-27, 2001.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – *LDB* (Lei no 9394/96), de,20/09/2008.
- _____. O que significa inclusão? Entrevista disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>, acesso em 24/09/2008 b.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial,1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1999.
- _____. Plano Nacional de Educação (Lei no 10.172/01), 2000.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.